



ACÓRDÃO Nº707/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12880/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari – COARIPREV.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Eduardo Jorge de Oliveira Alves (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Lynneu Francisco Campos - OAB/AM 6789.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1412/2023-DIMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari - COARIPREV. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari - Coariprev, referente ao exercício de 2020, de responsabilidade do Senhor **Eduardo Jorge de Oliveira Alves**, Presidente do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari - Coariprev e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Dar quitação** ao Senhor **Eduardo Jorge de Oliveira Alves**, Presidente do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari - Coariprev e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº 2.423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 - RITCE.
- 10.3. **Determinar** à origem que, nos termos do §2º, do art. 188, do RITCE, evite a ocorrência das impropriedades, em futuras prestações de contas:



ACÓRDÃO Nº707/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3.1. Ausência de apresentação de esclarecimentos acerca de valores constantes do Balanço Orçamentário;

10.3.2. Ausência de apresentação de esclarecimentos acerca de valores constantes do Balanço Financeiro;

10.3.3. Ausência de apresentação de esclarecimentos acerca de valores constantes do Balanço Patrimonial;

10.3.4. Excesso de servidores com vínculo precário e ausência de concurso público no Instituto Municipal de Previdência de Coari (COARIPREV);

10.3.5. Desconformidade no pagamento da remuneração de servidores ocupantes dos cargos comissionados de Assessor Especial 2, 3 e 5 do Coariprev. A Lei Municipal n.º 577/2011, alterou a Lei Municipal n.º 552/2010, prevendo, além de outros, os cargos de Assessorias CC-1 a CC-5 (art. 35). De acordo com o § 2º do art. 35, compete ao Diretor-Presidente do Coariprev a nomeação e exoneração dos ocupantes desses cargos comissionados. Já o art. 2º da Lei Municipal n.º 577/2011 prevê os seguintes valores das remunerações desses cargos comissionados;

10.3.6. Ausência de comprovação de pagamento/recolhimento previdenciária (Patronal/empregado) ao INSS referente ao mês de maio de 2020. O Coariprev apresentou os comprovantes de pagamentos/recolhimentos da contribuição previdenciária ao INSS do ano de 2020, exceto o referente ao mês de maio de 2020. Diante disso, faz-se necessário o gestor do Coariprev apresentar justificativa/comprovação do devido pagamento/recolhimento ao INSS juntamente com a guia da GFIP;

10.3.7. O Portal Eletrônico do órgão não atende as exigências concernentes à transparência e de acesso à informação, em desconformidade com o art. 48, II, da LC 101/2000 e Art. 8º, §2º, da Lei 12.527/2011, uma vez que os campos destinados à inserção de dados relativos à Receita, Despesa, Procedimentos Licitatórios, Contratos, Convênios e demais atos administrativos não se encontram disponíveis para consulta.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.



ACÓRDÃO Nº707/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Vencido o voto-destaque, proferido em sessão, do Conselheiro-Convocado Luiz Henrique Pereira Mendes, pela irregularidade da Prestação de Contas, aplicação de multa e ciência.

11- Ata: 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 18 de abril de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral